

MAPEANDO DIREITOS E DISPUTAS: ANÁLISE DO PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MARANHÃO

MAPPING RIGHTS AND DISPUTES: ANALYSIS OF THE “PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA” AND ITS CONTRIBUTIONS TO THE QUILOMBOLA COMMUNITIES OF MARANHÃO

Cleyse Guimarães Siebra¹

RESUMO

A produção de materiais e documentos reúnem um acervo histórico e identitário sobre povos e comunidades tradicionais. As questões abordadas nesse contexto colaboram para que as comunidades reconheçam suas próprias histórias, fortaleçam sua resistência e se posicionem diante de negociações e disputas fundiárias, além de divulgar conhecimento para o público geral. Dessa forma, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em parceria com a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), elaborou fascículos regionais que representam uma estratégia importante para fortalecer as comunidades Quilombolas do Maranhão. Esses fascículos visam mapear e documentar as situações de conflito, usurpação e ameaça aos seus territórios tradicionais, contribuindo para a valorização de suas identidades e direitos. Com base nisso, o presente trabalho tem como objetivo analisar os discursos presentes em Nova Cartografia Social da Amazônia: Quilombolas de Codó, Peritoró e Lima Campos, na perspectiva da formação de imaginários sociais que articulam resistência cultural, territorial e econômica, evidenciando os processos de abandono estatal, mercantilização do território e suas repercussões na construção identitária e na luta pelo reconhecimento. Para tal, constrói-se um percurso analítico que visa: Investigar os discursos sobre as relações de poder, identificando como as comunidades articulam suas próprias versões de territorialidade e de direitos, frente às imposições discursivas dos agentes econômicos, do Estado e dos interesses privados, e; investigar, por meio da Análise de Discurso, como a catalogação e a documentação dos conflitos das comunidades quilombolas, contribuem para a naturalização destes conflitos.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas, Cartografia Social, Relações de poder.

ABSTRACT

The production of materials and documents creates a historical and identity-based collection on traditional communities and groups. The issues addressed in this context help communities recognise their own historical narratives, strengthen their resistance, and position themselves in negotiations and land disputes, in addition to disseminating

¹ Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Bolsista de Apoio a Pesquisa pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Campus Pedreiras.

knowledge to the general public. Thus, the “Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia” Project, in partnership with the Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), has produced regional fascicles that represent an important strategy for strengthening Quilombola communities in Maranhão. These fascicles aim to map and document situations of ongoing conflict, dispossession, and threats to their traditional territories, contributing to the recognition of their identities and rights. Based on this, this study aims to analyse the discourses present in Nova Cartografia Social da Amazônia: Quilombolas de Codó, Peritoró e Lima Campos, from the perspective of the formation of social imaginaries that articulate cultural, territorial and economic resistance, highlighting the processes of state abandonment, mercantilisation of the territory and their repercussions on identity construction and the struggle for recognition. To this end, an analytical path is constructed that aims to: Investigate discourses on power relations, identifying how communities articulate their own versions of territoriality and rights in the face of discursive impositions by economic agents, the state, and private interests; and investigate, through Discourse Analysis, how the cataloguing and documentation of quilombola community conflicts contribute to the naturalisation of these conflicts.

Keywords: Quilombola communities, Social Cartography, Power relations.

Introdução

Na modernidade, as identidades culturais são geradas por um processo de identificação construído através dos sentidos. De acordo com Hall (1992), a cultura nacional pode ser entendida como um discurso, um modo de construir sentidos que tem o poder de organizar tanto as nossas ações quanto a percepção que temos de nós mesmos. Sob esta ótica, as representações não apenas espelham identidades, mas também influenciam a resistência cultural e as noções de pertencimento das gerações futuras. Este último ponto é central para as comunidades tradicionais, que são definidas pelo Decreto nº 6.040 como grupos culturalmente distintos que baseiam sua identidade coletiva e seu senso de pertencimento em seu território (BRASIL, 2007).

É neste contexto de disputa por representação e território que se insere o fascículo “Nova Cartografia Social da Amazônia: Quilombolas de Codó, Peritoró e Lima Campos”, objeto desta análise. Produzido em parceria com a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), o documento possui a intenção explícita de fortalecer essas comunidades ao mapear e documentar os conflitos e ameaças aos seus territórios tradicionais. O fascículo se estabelece, portanto, como um contra-discurso, funcionando como ferramenta de visibilidade para grupos

que, segundo a afirmação de um de seus líderes, são majoritariamente ignorados ou "não são vistas".

Contudo, a análise crítica da materialidade discursiva deste documento revela uma tensão fundamental. Embora sua intenção seja a denúncia, o fascículo é criticado por não efetivar essa denúncia de forma ativa e contundente nos casos que registra. A abordagem do documento, que se restringe a um resumo conciso, corre o risco de criar um imaginário de naturalização desses conflitos. Essa tensão entre a intenção de denúncia e o efeito de naturalização, inserida em um contexto de abandono estatal e mercantilização do território, constitui a justificativa central deste artigo.

Com base nisso, o presente artigo tem como objetivo geral analisar os discursos do fascículo na perspectiva da formação de imaginários sociais de resistência, ao mesmo tempo em que evidencia os processos de abandono estatal, a mercantilização do território e suas repercussões na luta pelo reconhecimento. Para tal, fundamentando-se na Análise de Discurso Materialista, este percurso analítico visa dois objetivos específicos: Examinar as relações de poder no discurso, identificando como as comunidades articulam suas próprias versões de territorialidade frente às imposições discursivas do Estado e de agentes econômicos; e investigar como a catalogação e a documentação dos conflitos, contribuem para a naturalização dessas violências.

Caminhos teóricos: a materialidade da linguagem

A perspectiva teórico-analítica adotada neste estudo é a Análise de Discurso Materialista (ADM). É fundamental ressaltar que a Cartilha do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia é apenas o ponto de partida da análise. O documento em si constitui a materialidade textual que permite acessar o objeto real: o discurso. Este, por sua vez, possibilita a compreensão dos efeitos de sentido que estruturam o imaginário social sobre as comunidades quilombolas e os conflitos que as atravessam.

Para Pêcheux (1997), a noção de materialidade é crucial para compreender que o território não é um mero espaço geográfico neutro, mas sim o substrato material indispensável para a sustentação das formações ideológicas – seja a da comunidade quilombola, seja a do capital agrário. Para as comunidades tradicionais, o território transcende a posse física da terra: ele é a base concreta onde se ancoram sua identidade,

memória, cultura e historicidade. Portanto, a luta pela terra é, indissociavelmente, uma luta pela garantia das condições materiais necessárias à reprodução de sua própria existência enquanto grupo social e cultural.

Ademais, a materialidade do discurso se manifesta nos seus efeitos concretos sobre a realidade dos sujeitos (Pêcheux, 1997). O ato discursivo de reivindicar não se restringe ao plano abstrato, mas desencadeia imediatos efeitos materiais de coerção. Conforme evidenciado nas entrevistas, o momento da reivindicação funciona como o gatilho para o conflito, que se materializa fisicamente no medo e outras formas de violência. Esses elementos demonstram como a disputa discursiva por direitos é confrontada pela materialidade da violência, utilizada como instrumento para impedir o acesso físico ao território.

Outro conceito que se faz importante para a análise do material coletado é o de memória discursiva. Para a Análise de Discurso refere-se ao "já-dito", ou seja, ao conjunto de discursos históricos e sociais que existem previamente a um novo enunciado e lhe atribuem sentido. Não se trata de uma lembrança individual, mas de um arquivo interdiscursivo que define o que pode ser dito e como será compreendido dentro de uma determinada formação ideológica (Pêcheux, 1997).

Nas análises da Nova Cartografia Social da Amazônia: Quilombolas de Codó, Peritoró e Lima Campos, este conceito é fundamental para compreender a construção de sentidos na disputa territorial. Para as comunidades quilombolas, sua luta está ancorada em uma memória discursiva de legitimidade histórica, que atribui sentido ao território tanto na dimensão simbólica quanto material, dada sua relação direta e ancestral com o espaço.

Em oposição a essa legitimidade há o discurso violento de apagamento do Estado e do Capital Agrário, que mobilizam uma memória discursiva completamente diferente, pautada no direito privado, na legalidade dos títulos de propriedade e na visão da terra como produto. Dessa forma, a análise que se seguirá demonstrará como o conflito material é, indissociavelmente, um confronto entre essas memórias discursivas.

A compreensão das Formações Discursivas (FD), conceito central deste estudo, pressupõe o entendimento das Formações Ideológicas (FI), dado o seu vínculo indissociável. As FI, segundo Pêcheux, são o conjunto de representações e atitudes que

operam em prol de uma ideologia, e que atribuem sentidos aos objetos conforme os interesses da classe dominante ou a que estão vinculadas. Dessa forma, este artigo identifica a disputa entre a FI do Capital Agrário/Propriedade Privada e a FI da Ancestralidade/Territorialidade quilombola.

As formações discursivas (FD), por sua vez, é a manifestação na linguagem dessas disputas ideológicas. A FD é o que determina "o que pode e deve ser dito" a partir de uma posição específica em uma dada conjuntura (Pêcheux, 1997). No corpus analisado, a formação ideológica da Ancestralidade produz a FD de legitimidade histórica, enquanto a formação ideológica do Capital/Estado gera a FD Burocrática. A partir disso, nota-se a teoria pecheutiana em funcionamento, pois constata-se que as palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, o que é "território" (corpo social, ancestral) na FD quilombola, torna-se "mercadoria" (imóvel rural, jazida) na FD do Capital.

A análise das Condições de Produção é crucial para compreender como fatores externos, notadamente o contexto sócio-histórico de conflito fundiário e abandono estatal, determinam a materialidade do discurso veiculado no fascículo. Para Orlandi (2017), este conceito transcende a situação imediata da enunciação, englobando a memória discursiva e as relações de força ideológicas que atravessam o texto.

Neste cenário, a distinção entre sujeito empírico e posição-sujeito torna-se vital. Na AD, o foco não recai sobre o indivíduo físico, mas sobre a posição ideológica que ele ocupa e projeta no discurso. Desse modo, os depoimentos analisados não são interpretados como meras opiniões pessoais, mas como enunciados proferidos a partir da posição-sujeito de liderança quilombola, manifestando uma postura coletiva de resistência frente às imposições do capital e do Estado.

A concepção de Chartier (2002) sobre representação como retomada do imaginário é fundamental para definir o imaginário social discursivo. Este, mais do que um conjunto de imagens, é uma construção coletiva forjada na materialidade do próprio discurso. Na análise do fascículo, verifica-se que a abordagem resumida dos conflitos instaura um imaginário de naturalização em detrimento da denúncia de sua gravidade. Esse discurso eufemístico condiciona uma leitura social que percebe a violência não

como uma crise ou anomalia, mas como um dado comum e inevitável da realidade social.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza documental (Lüdke, 1986), considerando as perspectivas e discussões que surgem a partir das reflexões analíticas fundamentada nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Materialista de linha pecheutiana. A metodologia foi estruturada em duas etapas principais: a constituição de um corpus amplo e a delimitação e análise do objeto de estudo específico.

Visto que as representações analisadas se materializam no plano da linguagem, este estudo adota uma abordagem analítica discursiva. Conforme apontam Moraes e Galiazzi (2006), os significados em um texto não são produções isoladas do autor, mas construções feitas a partir da apropriação de vozes de outros sujeitos. Nesse sentido, a interpretação analítica deve transcender a forma linguística, investigando as condições de produção, os sentidos e as implicações históricas e políticas que constituem o discurso.

A primeira fase da pesquisa, seguindo o planejamento de atividades do projeto de pesquisa "Diversidades linguísticas e culturais de comunidades tradicionais do Maranhão", consistiu na coleta e organização dos dados, resultando na elaboração de um banco de dados documental focado na realidade das comunidades quilombolas do Maranhão. Este banco de dados reúne um conjunto diversificado de materiais, incluindo textos de circulação social, documentos oficiais, cartilhas produzidas por ONGs e movimentos sociais, e outros materiais de e sobre as referidas comunidades. A função deste *corpus* amplo é servir como o "arquivo" que permite compreender as condições de produção e a memória discursiva nas quais o objeto de análise se insere.

Para este artigo, o objeto de análise específico é o fascículo "Nova Cartografia Social da Amazônia: Quilombolas de Codó, Peritoró e Lima Campos". Este documento foi selecionado por sua alta relevância discursiva, sendo uma produção do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em parceria com a Associação das Comunidades

Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ). O fascículo é um dispositivo que visa "mapear e documentar as situações de conflito, usurpação e ameaça" e atua como um contra-discurso de visibilidade.

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) é uma iniciativa que fomenta a auto-cartografia de povos e comunidades tradicionais na região amazônica, transformando a cartografia em um elemento de combate para a afirmação social. O objetivo central do projeto é dar ensejo a que esses grupos mapeiem suas territorialidades específicas, que são construídas socialmente e sustentam suas identidades coletivas e movimentos sociais. O material resultante aumenta o conhecimento sobre o processo de ocupação da Amazônia e, crucialmente, torna-se um novo instrumento para o fortalecimento desses movimentos (Nova Cartografia Social Da Amazônia, 2018).

A metodologia do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2018) é centrada na autonomia da comunidade. O processo é iniciado pelo movimento social, que solicita a parceria do projeto, a partir disso, se inicia a etapa essencial que é a oficina de mapas, onde pesquisadores ensinam técnicas de GPS e mapeamento. Os agentes sociais são os responsáveis diretos pela produção: eles elaboram croquis e marcam os pontos relevantes de seus territórios usando GPS.

Posteriormente, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2018), processa e georeferencia os dados, transformando as ilustrações dos croquis em ícones para os mapas, e seleciona excertos dos depoimentos. Para garantir a precisão e a aprovação, um protótipo do fascículo é enviado à comunidade para correções e leitura do mapa-piloto. Finalmente, a maioria dos exemplares publicados é entregue ao movimento social, que utiliza o material conforme sua estratégia para auto-afirmação social e resolução de seus problemas.

A análise do fascículo, baseada na Análise de Discurso de linha pecheutiana, compreende que o foco não recai sobre o indivíduo físico, o sujeito empírico, mas sobre a posição ideológica que ele ocupa e projeta no discurso, a posição-sujeito (Pêcheux, 1997). Os procedimentos metodológicos centrais envolvem: Investigação das condições de produção, o discurso é situado em um contexto sócio-histórico de conflito fundiário e abandono estatal, que atravessa o texto e engloba a memória discursiva e as

relações de força ideológicas; Identificação das Formações Discursivas (FD) em conflito, o procedimento visa identificar o embate entre a FD da Legitimidade Histórica (Ancestralidade), que emerge da voz quilombola, e a FD Burocrática (Capital/Estado).

E por fim, a análise da naturalização pelo não-dito, que se concentra em como a abordagem resumida do fascículo, especialmente a catalogação dos conflitos no mapa, instaura um imaginário de naturalização. O procedimento investiga como o não-dito (a omissão de detalhes sobre agentes ameaçadores ou status jurídico) silencia a materialidade da violência e o leitor é induzido a ver o conflito não como uma anomalia ou urgência, mas como um fato estabelecido e insuperável do cenário social.

Resistência, naturalização e relações de poder

O documento descreve as comunidades quilombolas localizadas nos municípios de Codó, Peritoró e Lima Campos, no estado do Maranhão, com ênfase na territorialidade, organização social e nos conflitos fundiários enfrentados. Essas comunidades, cuja origem remonta a populações afro-brasileiras que resistiram à escravidão, mantêm um forte vínculo com seus territórios tradicionais. Estes são definidos não apenas por limites físicos, mas também por marcos de referência cultural, histórico e de recursos naturais, como locais de moradia, cemitérios antigos e fontes utilizadas nas atividades cotidianas.

O documento apresenta, logo em seu início, a fala de dois membros da Coordenação Geral da ACONERUQ. Tais depoimentos se configuram como uma ferramenta de contextualização e legitimação das informações contidas no fascículo, visto que a produção do material envolveu a participação e a voz desses indivíduos.

Excerto 1 – Depoimento de Ana Emília Moreira Santos

“O grande conflito é a questão de territorialidade, porque nós quilombolas estamos em nossos territórios, nós temos certeza que não é só aquele tantinho que tá lá e a partir do momento em que a comunidade passa a reivindicar, lutar pelos seus territórios aí está com um grande conflito e na maioria das vezes são com um fazendeiro. Então a situação não é boa porque remete a gente a ficar ameaçado, a mercê. Acaba você passando de meses sem pisar na sua casa, porque a gente tem medo. E quem não teme a morte? Agora, assim: a nossa grande preocupação é que a gente sabe que a gente tem direito, mas a dificuldade que tem de alcançar esses direitos.”

O tema central que emerge da fala de Ana Emília Moreira Santos é a importância da territorialidade, reconhecida como o "*grande conflito*" por ser o que envolve sua existência física e simbólica, os conflitos aqui também são caracterizados pela violência física, exercida pelas figuras de autoridade particular, os fazendeiros. Essa expressão estabelece o território como a base material e o eixo principal da luta, que atravessa os âmbitos da vida, da resistência cultural e da própria sobrevivência das comunidades tradicionais.

Ao afirmar "*nós quilombolas estamos em nossos territórios*", a entrevistada mobiliza uma Formação Discursiva (FD) de Precedência e Legitimidade Histórica. Esse discurso convoca o leitor a reconhecer que os territórios quilombolas são definidos não apenas por limites físicos (demarcações), mas por uma profunda conexão com a história e a identidade, que perpassa gerações e inclui marcos de referência cultural. Essa FD de pertencimento ancestral confronta diretamente a Formação Ideológica (FI) do Capital Agrário, que concebe a terra unicamente como mercadoria passível de apropriação.

A crítica mais direta ao processo de demarcação/reconhecimento oficial surge na contestação "*nós temos certeza que não é só aquele tantinho que tá lá*". O termo "tantinho" funciona como um marcador discursivo reducionista, apontando para a insuficiência das demarcações que o Estado, através de seus órgãos fundiários, busca impor. Essa redução burocrática fragmenta a totalidade do território reivindicado e inviabiliza o reconhecimento pleno dos direitos e dos espaços de uso.

Essa problemática abre espaço para conflitos violentos, que não estão somente no âmbito do simbólico, mas se manifestam materialmente na disputa pelo acesso aos recursos e ao espaço territorial. Esses conflitos são, na maioria das vezes, com o fazendeiro, figura que, neste contexto, representa o agente de coerção física da formação ideológica do Capital, possuindo maior poder aquisitivo e capaz de recorrer à violência para manter o *status quo* de dominação da terra. O ato de reivindicar se traduz imediatamente em uma consequência material de ameaça, que leva o sujeito

quilombola a "*ficar ameaçado, a mercê*" e até mesmo a ter "*medo*" e a "*passar de meses sem pisar na sua casa*".

A fala final de Ana Emília sintetiza o paradoxo entre a FD jurídica do Estado e a materialidade da luta: "*a gente sabe que a gente tem direito, mas a dificuldade que tem de alcançar esses direitos*". O direito existe discursivamente, mas a burocracia dos órgãos fundiários e a inércia estatal se tornam barreiras materiais insuperáveis, desviando a luta do conflito direto para um desgaste exaustivo contra o próprio sistema legal que deveria garantir a proteção.

Essa inércia não é uma falha passiva, mas sim um mecanismo de contenção, cujos dados podem ser percebidos em casos como os "37 anos de espera" para a demarcação da Terra Indígena Cachoeirinha (Imagem 1).

Imagem 1 – Recorte de matéria sobre demarcação

20/09/2019

37 anos de espera: demarcação da Terra Indígena Cachoeirinha agora tem prazo para terminar

Solicitadas a explicar o atraso, União e Funai atribuíram a demora na conclusão às ações judiciais contra a demarcação

Fonte: Conselho Indigenista Missionário, 2019, n.p.

De acordo com a informação divulgada pelo portal de notícias Conselho Indigenista Missionário (2019), a justificativa para tal demora são as "*ações judiciais contra a demarcação*", o que demonstra a aliança funcional entre o Estado e a ideologia do capital agrário, pois os agentes do capital (os fazendeiros e empresas) utilizam a própria FD burocrática do Estado (o labirinto de processos e contestações judiciais) como arma. Com isso, o Estado, ao permitir esse "*desgaste exaustivo*" e ao não fornecer a intervenção necessária, transforma o sistema legal, que deveria ser de proteção, na própria ferramenta material de negação do direito.

A seguir, o depoimento de outro integrante da Coordenação Geral da ACONERUQ, o senhor Francisco Carlos da Silva, que fecha a sessão de depoimentos.

Excerto 2 – Depoimento de Francisco Carlos

Revista de Letras Norte@mentos

159

Dossiê "Entre línguas e mundos: políticas linguísticas, diversidade e saberes orais no Brasil e além", Sinop, v. 18, n. 55, p. 150-168, dez. 2025.

“A gente está trabalhando hoje a garantia de nosso espaço, de nosso território. A gente enfrenta grandes dificuldades. Para na burocracia dos órgãos fundiários. Isso está inviabilizando o recurso destinado para implantar políticas públicas. Agora mesmo estamos passando por um processo de delimitação. Com esse fascículo nós estamos mostrando, através do mapa, que essas comunidades existem, que na sua grande maioria não são vistas. Através dessa mostra, toda a sociedade vai ter a certeza que a gente existe e onde estamos localizados.”

Francisco Carlos da Silva
Integrante da Coordenação Geral da ACONERUQ

Fonte: Almeida, 2006, p. 3.

A partir de sua fala, assim como na anterior de Ana Emília, percebe-se que os entrevistados falam da posição de figuras representativas de suas comunidades e não visões fechadas e individualistas. Com isso, no trecho *"A gente está trabalhando hoje a garantia de nosso espaço, de nosso território"* demarca a luta coletiva como um esforço ativo e contínuo, essa prática se insere no material das relações de poder e essa ação material vai de encontro direto com outras forças materiais que disputam o mesmo objeto, neste caso, o território.

Essa ação material, a luta coletiva, acaba se chocando com o aparato estatal: *"Para na burocracia dos órgãos fundiários."* Dessa forma, a burocracia aqui mencionada pelo entrevistado, não é apenas a ineficiência desses órgãos, mas uma manifestação do controle e repressão do Estado, tendo em vista que a lentidão e excesso de procedimentos técnicos transformam o processo legal de demarcação e reconhecimento em um obstáculo material.

O efeito disso é observado no trecho: *"Isso está inviabilizando o recurso destinado para implantar políticas públicas."* A burocracia atua como um mecanismo que, ao atrasar ou negar o reconhecimento territorial, impede a materialização dos direitos sociais, sejam eles relacionados a recursos, infraestrutura ou outros, perpetuando um ciclo de abandono estatal.

Mais adiante, ao mencionar *"Agora mesmo estamos passando por um processo de delimitação"* o entrevistado retrata um acontecimento de disputa material, considerando que o processo de delimitação não é neutro, ele se sustenta no confronto de duas Formações Discursivas (FDs), a do quilombola e a do Estado, ou ainda, da ancestralidade territorial contra a propriedade.

Há aqui, através do implícito, uma crítica ao Estado que se baseia na ação redutora e fragmentada que também foi citada por Ana Emília quando disse “*nós temos certeza que não é só aquele tantinho que tá lá.*” Essa delimitação reduz o território a uma parcela juridicamente definida e essa visão estatal ignora a totalidade da vida e da existência quilombola. Para as comunidades, o território não é apenas a terra delimitada, mas um corpo social que inclui pontos de referência cultural, histórico e de recursos naturais.

Formas organizativas

Uma característica central do documento é a ênfase na maneira como esses grupos se organizam socialmente, seja por meio de redes de parentesco, filiações religiosas ou associações comunitárias. Em Codó, por exemplo, existem comissões locais que articulam as comunidades quilombolas, enquanto em regiões com menor concentração, essas articulações se dão por meio de articuladores locais.

Essas organizações desempenham papel fundamental na luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais, na defesa de suas identidades culturais e na resistência às ameaças externas, muitas vezes relacionadas à expansão de empreendimentos econômicos ou projetos de infraestrutura que ameaçam suas terras ancestrais. No excerto 3, vemos um exemplo disso.

Excerto 3 - Formas organizativas

Podemos perceber vários planos de organização social, tais como redes de parentesco, filiação religiosa ou organização de moradores em associações informalmente estabelecidas.

No Município de Codó temos uma Comissão Local de Articulação das Comunidades Quilombolas, mas em outros municípios com menor quantidade de comunidades quilombolas, como Lima Campos, temos apenas articuladores locais.

O corpo diretivo da ACONERUQ é escolhido entre lideranças quilombolas indicadas por suas respectivas comunidades para representá-las nas assembleias gerais.

Por sua vez, a ACONERUQ está articulada com outras representações estaduais quilombolas, formando a CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Quilombolas) e colaborando com o CCN (Centro de Cultura Negra).

Fonte: Almeida, 2006, p. 11.

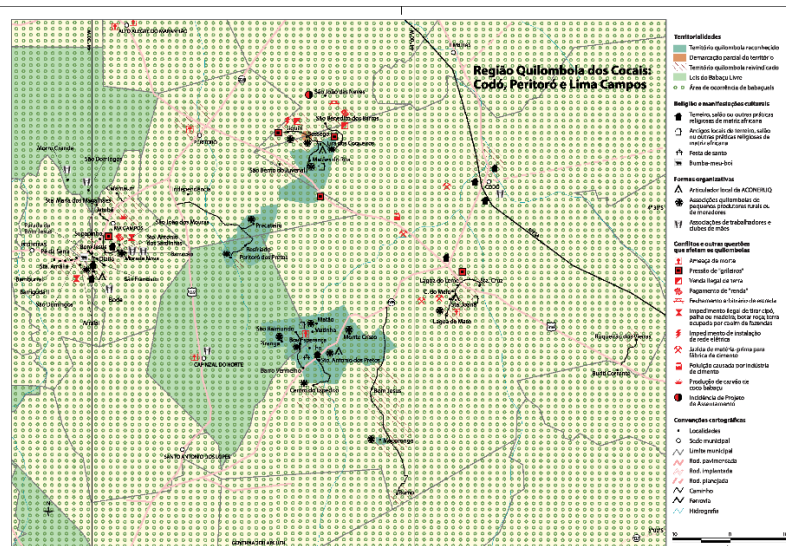
As redes de parentesco, os grupos religiosos e as associações não são apenas estruturas sociais, mas sim a condição concreta que permite à comunidade construir e sustentar seus discursos de resistência, é a partir dessa organização que a comunidade consegue articular uma voz coletiva para lutar.

A estrutura da ACONERUQ demonstra essa articulação política e discursiva, pois suas lideranças são escolhidas diretamente pelas bases comunitárias para representá-las, o que evidencia como o discurso de luta é formado de maneira organizada. Isso demonstra um mecanismo que parte das bases para formular o discurso político da comunidade e representá-la na luta burocrática e social.

Mapeamento dos conflitos

As comunidades reivindicam seus direitos por meio de ações de delimitação, mapeamento e mobilização social, ampliando sua visibilidade frente às instituições públicas e à sociedade. Destaca-se o papel da ACONERUQ e da CONAQ na representação dessas comunidades, reconhecidas como Região Quilombola dos Cocais, que engloba comunidades nos municípios de Codó, Peritoró e Lima Campos, atuando na interlocução com órgãos de terra e na implementação de políticas públicas.

Imagem 2 – Mapa da Região Quilombola dos Cocais: Codó, Peritoró e Lima Campos



Fonte: Almeida, 2006, p. 6-7.

Este mapeamento, de acordo com o depoimento de Francisco Carlos da Silva, Integrante da Coordenação Geral da ACONERUQ, surge com um propósito bem claro: *“(...) nós estamos mostrando, através do mapa, que essas comunidades existem, que na sua grande maioria não são vistas. Através dessa mostra, toda a sociedade vai ter a certeza que a gente existe e onde estamos localizados.”*

De acordo com a fala, isso se caracteriza como uma FD de apagamento que é imposta pelo Estado e perpetuado socialmente, o efeito disso é que, se uma comunidade não é vista nos discursos públicos ou mapas oficiais, ela pode ser facilmente ignorada ou desapropriada. Dessa forma, o fascículo, assim como a representação visual do mapa, são uma resposta direta para esse apagamento, funcionando como um contra-discurso, pois a comunidade se apropria de uma ferramenta, a cartografia, tradicionalmente utilizada pelo Estado para controle, para subverter esse discurso de apagamento.

Com isso, a comunidade garante a que sua luta pela a afirmação de sua existência e localização, supere a esfera burocrática, onde ela é inviabilizada, como discutido anteriormente, e a inscreve na esfera pública e social. Essa estratégia demonstra um reconhecimento de que a batalha no âmbito discursivo por visibilidade e legitimação social é essencial para a materialização de seus direitos, para a garantia de território e recursos.

Em contraponto, as limitações deste mapa causam algumas problemáticas. Com base nos marcadores e legendas para este recurso visual, tem-se:

Imagem 3 – Descrição dos símbolos do mapa, conflitos e outras questões

Conflitos e outras questões que afetam os quilombolas

-  Ameaça de morte
-  Pressão de "grileiros"
-  Venda ilegal de terra
-  Pagamento de "renda"
-  Fechamento arbitrário de estrada
-  Impedimento ilegal de tirar cipó, palha ou madeira; botar roça; terra ocupada por capim de fazendas
-  Impedimento de instalação de rede elétrica
-  Jazida de matéria-prima para fábrica de cimento
-  Poluição causada por indústria de cimento
-  Produção de carvão de coco babaçu
-  Incidência de Projeto de Assentamento

Fonte: Almeida, 2006, p. 7.

Essa abordagem resumida de descrição gera um efeito discursivo que cria um imaginário de naturalização desses conflitos. A violência e as disputas deixam de ser vistas como crises urgentes e passam a ser tratadas como ocorrências registradas, quase burocráticas, que apenas registra as localidades em que ocorrem.

Ademais, o texto trata sobre estes conflitos para além do visual que foi criado pelo mapa. Os conflitos fundiários das comunidades quilombolas, evidenciados no documento, são frequentes e complexos. Os confrontos envolvem disputas diretas com fazendeiros, empresas de grande porte, como industriais de cimento, e interesses governamentais que frequentemente não reconhecem plenamente os direitos tradicionais dessas comunidades.

Excerto 4 - Conflitos e outras questões que afetam os quilombolas

Na Santa Joana o INCRA desapropriou as terras da indústria de cimento Itapecuru Agro-Industrial do grupo João Santos, mas enfrenta contestação judicial. A desapropriação não se estendeu ao outro imóvel rural que corresponde à localidade de onde foram obrigados a se retirar.

No Mocorongo perdura a expectativa de ampliação do território, já que a intervenção do órgão fundiário estadual só garantiu praticamente o lugar das casas.

No Centro do Expedito perdura uma indefinição de limites para a qual careceria uma ampliação de território.

No Matões dos Moreira, sua principal liderança sofre ameaça de morte.

No Peritoró dos Pretos perduram dificuldades de acesso. Em geral não são desapropriados imóveis por onde passam os caminhos de acesso que devem ser transformados em estradas.

Algumas comunidades quilombolas de Peritoró embora estejam vivenciando um clima de tensão social não tiveram nenhuma intervenção de órgãos fundiários, como é o caso de Jiquiri e Sossego.

Fonte: Almeida, 2006, p. 8.

Como observado, o texto não se aprofunda em nenhuma das questões retratadas e se atém a um breve resumo sobre os conflitos, isso tudo leva a uma leitura muito rasa sobre esses conflitos. Dado que retrata um cenário de violências e ameaças, o tom de eufemismo provoca um imaginário de naturalização.

Como quando diz “*No Matões dos Moreira, sua principal liderança sofre ameaça de morte.*” Mas não mostra mais detalhes sobre nenhuma das partes que envolve esse contexto, seja sobre o ameaçador, seja da vítima. Resta ao leitor, dúvidas sobre as intenções por trás das ameaças, se são por conta de um processo de demarcação território, se são sobre o acesso a babaquais, quais os procedimentos jurídicos que estão sendo feitos, o que mostram as investigações, ou sobre o que está sendo feito para proteger a integridade física desse líder e de outras figuras que o cercam.

O ponto crítico da legenda do mapa é o não-dito, que opera como uma ferramenta discursiva, pois ao listar “*ameaça de morte*” como um marcador, o texto silencia sobre os elementos materiais do conflito, ou seja, não se identifica o agente da ameaça, nem se detalha o status das investigações, procedimentos jurídicos ou as medidas de proteção à vítima. Esse não-dito tem como efeito o enfraquecimento da materialidade da violência, dado que o que é um registro simplificado no mapa, é uma experiência material de terror descrita na fala de Ana Emília, que se traduz no “*medo*” e na impossibilidade de “*passar de meses sem pisar na sua casa*”.

Conforme aprofundam Alvarez e Marinho (2020), o ato de dizer implica, por si só, uma omissão, e é precisamente nessa tensão que a significação se torna múltipla e aberta. O que um sujeito escolhe silenciar, com base na posição discursiva que ocupa, não é, portanto, um ato neutro, pelo contrário, esse “não-dizer” já indica o funcionamento de uma ideologia.

De modo geral, o texto não deixa explícito uma abordagem crítica que denuncie estes casos, mas ainda assim, de maneira tímida, podemos notar, em trechos como “*No município de Lima Campos, Morada Nova está localizado em um corredor formado por cercas de fazendas, merecendo intervenção prioritária.*”, um direcionamento para algum órgão público que intervenha, ou seja, que trate da questão de acordo com sua força enquanto órgão público, de maneira prioritária, o que mostra um caráter de urgência para a situação.

Algumas considerações

A análise realizada neste artigo permitiu compreender como os discursos presentes no fascículo *Nova Cartografia Social da Amazônia* operam em um campo de tensão contínuo. Por meio da Análise de Discurso, evidenciou-se o choque entre duas Formações Ideológicas antagônicas: de um lado, a lógica do Capital e do Estado, que tenta apagar ou burocratizar a existência quilombola; do outro, a resistência das comunidades, que mobilizam uma memória de ancestralidade para afirmar seu direito ao território.

O estudo demonstrou que o documento cumpre um papel fundamental de contra-discurso, rompendo com a invisibilidade imposta e provando cartograficamente que essas comunidades existem. No entanto, como observado na análise das legendas e dos mapeamentos, o fascículo envolve-se em uma contradição discursiva significativa. Ao resumir violências complexas e silenciar sobre os agentes das ameaças, o texto acaba por produzir um efeito de eufemismo que contribui para a naturalização dos conflitos.

Conclui-se, portanto, que a luta travada nestas páginas não é apenas pela posse física da terra, mas pelo próprio sentido dela. O fascículo permanece como o exemplo máximo dessa disputa: é, ao mesmo tempo, uma ferramenta vital de prova de vida (mostrando *que* existem) e um registro que, pelas suas limitações discursivas, ainda precisa avançar para não banalizar a gravidade de *como* essas comunidades resistem à violência diária.

REFERÊNCIAS

37 ANOS de espera: *demarcação da Terra Indígena Cachoeirinha agora tem prazo para terminar*. Conselho Indigenista Missionário, 2019. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/09/37-anos-de-espera-demarcacao-da-terra-indigena-cachoeirinha-agora-tem-prazo-para-terminar/#:~:text=37%20anos%20de%20espera:%20demarcação,tem%20prazo%20para%20terminar%20%7C%20Cimi>>. Acesso em: 5 nov. 2025.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). *Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: Quilombolas de Codó, Peritoró e Lima Campos*. São Luís, 2006. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/09-quilombolas-de-codo-peritorio-e-lima-campos-maranhao/>>. Acesso em: 20 out. 2025.

ALVAREZ, Palmira V. B. H; MARINHO, Flávia. O não dizer e a constituição de sentidos sobre as faces do Brasil em um livro didático de língua portuguesa. In: TFOUNI, Fabio Elias Verdiani (org.); BERNARDO-SANTOS, Wilton James (org.). *Análise do Discurso e materiais de ensino*. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2020.

BRASIL. *Decreto-lei nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 20 out. 2025.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104p.

LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. *Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces*. Ciência & Educação, v. 12, n. 1, p. 117- 128, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 17 out. 2025.

ORLANDI, E. *Análise do Discurso*. In: ORLANDI, E & LAGAZZI, S (orgs.). *Introdução às ciências da linguagem*. Discurso e Textualidade. Campinas: Pontes, 2017.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. *Apresentação do Projeto Nova Cartografia Social*. Nova Cartografia Social da Amazônia, 2018. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/>> Acesso em: 07 dez. 2025.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. [et al.] – 3º ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

Recebido em 31/10/2025

Aceito para publicação em 14/11/2025